



Grupo Parlamentar

INTERVENÇÃO PROFERIDA
PELO SR. DEPUTADO ANTÓNIO
VENTURA NA SESSÃO
LEGISLATIVA DE ABRIL DE 2005.

PLANO PARA 2005 E ORIENTAÇÃO A MÉDIO PRAZO 2005 – 2008 PARA A AGRICULTURA

Sr. Presidente da Assembleia

Sr.as e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo

A Orientação a Médio Prazo e o Plano Anual e no caso em apreço para a Agricultura devem ser uma espécie de bússola, pois pressupõem políticas de desenvolvimento que possam nortear concretizações. Contudo, por vezes é difícil saber-se o que vai na alma destes supostos guias, já que as aparências iludem, ou seja, os propósitos até são atractivos, mas é preciso percebermos se estes manuais, na passagem da letra ao acto são abertos ou fechados, completos ou incompletos, activos ou reactivos, de indicação ou meramente de suposição.



Grupo Parlamentar

Encontramo-nos perante documentos de acções qualitativas e quantitativas que continuam, na sua grande maioria e sem margens para incertezas, fabricados para reagir, abundantemente incompletos e mutilados na força das suas medidas.

Eis a primeira conclusão.

São programas que seguem uma linha orientadora para a Agricultura Açoriana que pecam por continuarem, recheados de velhos elementos. Aqui, não à espaço para firmes inovações, nem para instrumentos que facilitem uma constante adaptação dos Agricultores às novas exigências evolutivas do mundo agrícola moderno. A este Plano para 2005 falta-lhe, fermento capaz de potencializar o progresso e a competitividade agrícola que impõem os tempos que se avizinham.

Este Plano não é um campo fértil em matéria de inovação.

Mas se dúvidas existem quanto a estas afirmações, nada mais fácil do que destilar estas dúvidas.

Ora vejamos, a verba destinada à promoção da extensão rural é, notoriamente irrisória (100 000 euros).



Grupo Parlamentar

Este montante, subentende uma experiência, uma acção-piloto e não uma actuação verdadeiramente profunda com parcerias pública e privadas, que criem um músculo para o crescimento agrícola.

Meus Senhores os Agricultores não precisam de mais testes nesta área, estes já foram realizados é preciso sim agir em substância. Quem pensa que é preciso fazer alguma experiência, esteve muito afastado, nos últimos anos, da Agricultura deste Arquipélago.

A vulgarização rural é um dos intermediários-chave para a necessária harmonia dos Agricultores a novas tarefas, a novas tecnologias e essencialmente possibilita a redução dos custos de produção dos sistemas agrícolas.

Sendo assim, quer ou não quer o Governo fazer vulgarização rural? É que este plano revela uma pobre ousadia da Vossa parte. Os Agricultores já perceberam que vai haver, para o corrente ano, uma forma perfeitamente acanhada de auxílio técnico de campo, contrariamente àquilo que os Senhores publicitaram.

A diversificação agrícola é outro item que, consistentemente, promete ser moribundo. O convite há versatilidade económica



Grupo Parlamentar

das fileiras instaladas e em concreto dos seus segmentos mantêm-se quase inalterado.

Esta carência é uma das principais forças de bloqueio que castra empreendedorismos e dinâmicas, tão urgentes nos nossos dias. Aliás, vivemos, devido a um conjunto de exterioridades, tempos bem maduros na necessidade de diferenciar conteúdos, que qualquer dia ficam podres de tanto esperar.

Entendam que a modernização na Agricultura também depende do seu grau de diversificação e para que ela possa nascer tem de ser edificado um punhado de acompanhamentos iniciais aos proponentes que confortem as ideias e as iniciativas, tais como: assessorias técnicas e infra-estruturas apropriadas. Aspectos que o Vosso Plano não espelha. A diversificação agrícola tem de ser encarada como um rumo.

Outra temática, a reestruturação fundiária, uma das Vossas grandes bandeiras quer de campanha como do Programa do Governo é, neste Plano, simplesmente corporalizada com uma verba igual a 2004 (200.000 euros). Se no ano anterior atravessamos um deserto nesta matéria, este ano será, seguramente, semelhante. Por outras palavras, os Senhores



Grupo Parlamentar

continuam sem atrevimento para levar adiante esta importante tarefa de organização parcelar.

Ao arrepio disto, notamos que o Governo contradiz-se nesta questão, pois continua a apregoar querer uma Agricultura bem dimensionada e resiste à execução de inadiáveis reformas fundiárias.

A verdade é que não conseguimos verificar nestes documentos a existência de uma política estrutural, que preveja instrumentos jurídicos, financeiros e formativos a médio prazo que convirjam para a unidade parcelar das explorações.

Dada a forma elevada como anunciaram esta medida e atendendo à sua magreza financeira para este ano, resta-me afirmar que este assunto não é mais do que uma nota de rodapé neste Plano.

Mas, há essencialmente uma área onde o testemunho produtivo irá ocorrer mais por sucessão natural do que por intervenção do Governo. Refiro-me ao rejuvenescimento agrícola, cujo o Plano não vai brotar, nas desejáveis necessidades de renovação de activos que este sector precisa, para consiga sobreviver às perturbações extrínsecas.



Grupo Parlamentar

Este Plano aprisiona a capacidade do dinamismo dos jovens, por ausência de acenos governamentais à sua incorporação. Não vai despertar interesse aos filhos dos Agricultores.

Meus Senhores, ninguém consegue bater palmas só com uma mão, por isso sem um programa de relevo geracional de peculiaridades Regionais não é possível haver comprometimento produtivo no futuro da Agricultura Açoriana.

Passemos à burocracia, e burocraticamente falando, observa-se que estes documentos, não prevêm o abatimento do excesso do zelo oficial. A excessiva burocracia é considerada um dos actuais travões que mingua a capacidade de acção agrícola, além de ser responsável pela existência de uma parte do presente desânimo dos Produtores.

Não encontramos nenhuma referência que mencione a disposição do Governo em evaporar pelo menos parte da complexidade burocrática nem nenhuma alusão ao incremento da celeridade processual de candidaturas agrícolas.

Saltando para outro tema, verificamos que na sanidade animal existem lacunas graves nas medidas accionadas para os próximos



Grupo Parlamentar

quatro anos, pois ficam de fora campanhas sanitárias contra outras zoonoses e outras patologias que estão a provocar elevados custos nas explorações pecuárias como o IBR, BVD ou a fotossensibilidade bovina, ou até o despiste de outras como a leptospirose.

Incompreensivelmente, na sanidade vegetal o orçamento decresce para o ano em curso, quando devia engrandecer devido ao combate de novas pragas como as térmitas.

E na investigação, os Senhores pretendem modernizar as explorações agro-pecuárias utilizando estudos com uma verba de 359 721 Euros, ainda por cima a repartir com custos de informática? Permitam-me que vos diga que isto é uma maneira de estabular a pesquisa científica, como fizeram até aqui. Estão a dar um sedativo à investigação que irá provocar muita sonolência ao desenvolvimento, o Governo está a congelar a nossa capacidade agrícola de prosperar pela via científica.

É então com estas verbas que tencionam encontrar respostas para questões fulcrais para a agricultura tais como:

Questões relacionadas com a alimentação, o manejo, a reprodução e genética animal?



Grupo Parlamentar

Questões relacionadas com a utilização da biotecnologia na agro-pecuária açoriana?

Questões relacionadas com os contributos que a Agricultura pode conceder ao encontro de energias alternativas?

Questões relacionadas com o emergente sector horto-frutiflorícola e no seu bom aproveitamento?

Questões relacionadas com o mercado, no conhecimento das perspectivas de exportação dos Açores para os próximos anos, tendo em conta a evolução das políticas de liberalização do mercado mundial?

O Plano não considera estudos de previsibilidade do comportamento dos mercados agrícolas.

Se é com estes montantes que pretendem encontrar desfechos para estas e muitas outras interrogações então o progresso científico, e conseqüentemente o crescimento agrícola, estão condenados a permanecerem estacionados no parque do imobilismo agrícola.

Este Plano também sofre de uma doença chamada amnésia.

Quem redigiu o Plano esqueceu-se de lavrar neste documento algumas das várias promessas da Vossa campanha, a saber:



Grupo Parlamentar

O Centro do Leite que foi anunciado no último Congresso da Agricultura Açoriana pelo Sr. Presidente do Governo. Nem uma referência fazem a esta entidade no Plano, será que a omissão é intencional permitindo que esta entidade seja catapultada de Plano em Plano, talvez até 2008, altura em que será lançada uma nova semente política.

A compra administrativa de produção de leite – resgate – estava prevista acontecer todos os anos, mais um esquecimento. Agora sim, temos a certeza que o resgate do ano transacto foi um resgate eleitoral.

A implementação de uma política de seguros agrícolas, a descentralização e a transferência de serviços

Os senhores ainda estão em altura de corrigir estas deficiências.

Relativamente ao subsector lácteo, e tendo em conta as instabilidades mercantis que vivemos, o Plano deveria dispor de ferramentas que impulsionassem a mobilidade das quantidades de referência e o aperfeiçoamento da excelência do produto, abrindo-se na consequência alçapões para maiores proveitos na pecuária de leite.

Entre outros aspectos era extremamente importante que o Plano prevê-se um Programa de Orientação láctea, com dois vectores, um direccionado para a criação de um Fundo lácteo e um outro afecto à melhoria da qualidade da produção de leite.

Continuando a navegar nestes documentos, averiguamos que no subsector da carne não existem medidas tendentes a solidificar delineamentos de comercialização de carnes de bovino, capazes de possibilitar o encurtamento da fileira, de modo a que esta possa tornar-se crescentemente competitiva, com o produtor mais próximo do consumidor.

Não se depreende que vá existir uma intensificação do esforço negociador conducente à abertura de novos mercados e ao mantimento dos contemporâneos.

Falta meus Senhores estratégia e sensibilidade. Para Vós tudo gravita à volta das salas de desmancha, parece que o Vosso trabalho termina neste ponto, quando é precisamente o contrário, este é o berço desta fileira.

Nesta matéria, convém recordar a grande solidariedade do anterior Governo da República e que resultou de uma das boas



Grupo Parlamentar

negociações do Estado Português na revisão da PAC. Falo dos 10 000 direitos de vacas aleitantes e dos benefícios que vão trazer para os Açores: sobretudo vão proporcionar garantias de muita vitalidade neste subsector.

Meus Senhores, pelas suas características económicas, já era altura de o Plano automatizar melhor a produção de leite e a produção de carne, individualizando uma política mais própria.

Continuando no Plano, depararmo-nos com a redução dos custos de exploração que foi um dos grandes bastões levantados no programa do governo. Contudo, verifica-se e em relação a 2004 uma quebra na comparticipação regional aos fundos comunitários, designadamente ao investimento (-21%), nos Caminhos Agrícolas (-3%) e na componente Regional nas Medidas Agro-ambientais (-11%).

A este propósito das infra-estruturas, não se consegue perceber para que ilhas, para que explorações estão previstas as dotações inscritas. Existe pouca desagregação.

Esperava-se, ainda que o Plano contemplasse com maior profundidade, algumas possíveis vertentes de crescimento,



Grupo Parlamentar

nomeadamente nas potencialidades da floricultura, da vitivinicultura, da apicultura e da produção de batata de consumo, na procura e afirmação de mercados externos.

Crescem no Plano, embora muito timidamente, as verbas para a realização de infra-estruturas primárias no que concerne ao abastecimento de água e electrificação de explorações, mas, pudera meus senhores, é que existem explorações que esperam há cinco anos que se faça luz.

Esperava-se um “upgrading” nesta objectividade básica, já que o nosso maior desafio ainda continua a ser a ultrapassagem do caracterizado atraso estrutural que marca os Açores. Todavia, para fazer face a este constrangimento, deparamo-nos com um orçamento perfeitamente pálido nesta matéria, pois não nos consegue projectar para o acompanhamento com que a evolução estrutural agrícola acontece na Europa.

Acrescem igualmente as verbas de apoio às organizações de Produtores no âmbito das candidaturas à Medida 2.2 – Acção 2.2.6. Mas pudera meus senhores, basta verificar que o calendário determinado para a execução desta acção é de 2000 a 2006 e nós



Grupo Parlamentar

já estamos em 2005 e ainda não temos nenhum projecto a ser pago.

Este Plano é ainda caracterizado por em temas de casa comum, circunstância que levanta muita neblina à visualização dos verdadeiros montantes entre, por exemplo a experimentação e a divulgação ou estudos e informática.

Porém, queria deixar uma nota de apreço ao aumento de verbas para o Desenvolvimento Florestal, mas é fácil de entender, é que este foi o programa com a taxa de execução mais baixa dos últimos quatro anos.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Para desenvolver a Agricultura é preciso criar uma nova motivação, um novo impulso ou optimismos minimamente convincentes, é preciso estabelecer ideias-força e é fundamentalmente determinante implementar-se uma fileira que



Grupo Parlamentar

avive a economia agrícola, comportando políticas que prevejam a sensibilização, a capacitação e a assessoria.

Este Plano não reflecte pujantemente investimentos estratégicos de “nova geração”. É exemplo disso a promoção de novas tecnologias na Agricultura, os sistemas controladores de qualidade e a ausência de novidades políticas para a Agricultura, abrangendo áreas ligadas às novas realidades. Enfim, um conjunto de visões mais alargadas inclinadas a consubstanciar um novo conceito de Agricultura denominado “Agricultura Mais”.

Actualmente, o papel da Agricultura ultrapassa muito largamente a função produtiva.

Sinceramente, preocupa-nos o silêncio que estes documentos fazem em relação a estes e outro assuntos de cariz elementar.

Esperávamos um Plano de funções sistémicas que promovesse a pluri-actividade e o pluri-rendimento das explorações evidenciando o meio rural como a base do proveito de oportunidades agrícolas e não agrícolas.

No entanto, este Plano situa-se na neutralidade destas indispensabilidades, encontrando-se agarrado a velhas linhas de



Grupo Parlamentar

orientação sem privilegiar a nova era. Gostaríamos de ter visto um Plano que pudesse contribuir para que os Agricultores deixassem de ser uma das grandes variáveis de ajustamento de um mundo em constante mudança.

Neste sentido, muitas orientações ficaram à porta deste Plano e muitas outras são tangencialmente afloradas.

Finalmente, o Plano ilude ter mais dinheiro do que os outros, mas, parece que depois de subtrair as facturas a pagar dos anos anteriores, o dinheirinho que resta é pouco e mesmo assim não sabemos se será todo gasto. Repare-se, por exemplo, que a execução do quadriénio 2001 – 2004 ficou-se pelos $\frac{3}{4}$ do inicialmente previsto, o que quer dizer que mais capital no Plano não é sinónimo de mais investimento na Agricultura.

A este respeito evidenciamos o programa “apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários cujas verbas representam 41.3% dos montantes globais para a Agricultura e Florestas e são, praticamente, para pagamentos de compromissos anteriores.

Afinal, para 2005 não há nenhuma overdose financeira no investimento para a Agricultura.



Grupo Parlamentar

Ademais, temos de esperar para ver se estas verbas do Plano, mesmo sendo poucas, tendo em conta os tempos conturbados onde os Açores estão inseridos, se serão todas aplicadas na Agricultura. Aliás, há um ditado antigo que se adequa bem à situação e que diz o seguinte “Não se gaba os bois antes de subirem a ladeira”.

Disse

António Ventura